



## Câmara Municipal de Lisboa

Exmo. Senhor  
DDPU – Arq.to Paulo Pardelha  
Diretor do Departamento

Informação nº  
e-REG/INF/2022/18594

Data  
31/10/2022

**Assunto:** Consulta a Entidades (e-CSEN/2022/1983)

---

### Informação

Local: Rua da Bica do Marquês; Rua de Dom Vasco; Alameda dos Pinheiros  
Freguesia: Ajuda

No âmbito do proc. nº e-LOT/2022/16, solicita o DLPE/DLU:  
Parecer sobre os seguintes aspetos:

#### 1 -- Cedências;

**2 - Confirmar a afetação de uma faixa de terreno para domínio público para acesso à parcela existente (imagem 1- ver email anexo);**

**3 -- Analisar a titularidade da parcela registada a favor de Maxirent (Parecer nº 28/DG/DJ/DCAJ/2021 do Dep. Jurídico);**

No âmbito das competências do DPU informa-se o seguinte:

Esta Operação integra-se na “UNIDADE DE EXECUÇÃO DA ZONA DA QUINTA DAS DAMAS E PÁTIO DO BONFIM NA ÁREA ENVOLVENTE AO PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA  
**(“UNIDADE DE EXECUÇÃO DA AJUDA”)** – aprovada em Reunião de Câmara - em 18 de maio de 2022.

1 - No que concerne a matéria de cedências e como resulta da consulta aos termos de referência da UE Ajuda (a fls 25) no ponto 9.2.7 - não foi naquela data “definido o modo de pagamento da compensação devida pela dispensa parcial de cedências remetendo-se para a fase de controlo prévio da operação de loteamento”.

Assim, estando agora a operação em fase de controlo prévio da operação de loteamento, importará esclarecer este assunto:

---

### Despacho

Sr. Diretor do DLPE,  
Arq.º Paulo Diogo,

Concordo com a informação pelo que remeto para os devidos efeitos.



## Câmara Municipal de Lisboa

De acordo com o art.º 88º do RPDM e com os cálculos efetuados no âmbito da UE da Ajuda teriam de ser cedidos 15 765,50 m<sup>2</sup> para domínio municipal de espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva.

A proposta prevê a cedência de 15 218,54 m<sup>2</sup> o que resulta num **deficit de 546,96 m<sup>2</sup>** a ser pago em forma de compensação que pode ser efetuada em espécie ou numerário.

No seu requerimento inicial os proprietários manifestaram a intenção de proceder ao pagamento da referida compensação em espécie através da entrega da parcela do “Pátio do Bonfim” situação que como se retira dos “termos de referência” será de execução morosa, implicando a avaliação do referido imóvel e respetivos ónus que recaiam sobre o mesmo situação que carece de deliberação de Câmara. Haverá que decidir, desde já, se é do interesse Municipal fazer a “recepção” daquele imóvel no âmbito das referidas compensações ou se pelo contrário se se prefere o pagamento em numerário, sendo certo que o proprietário já demonstrou disponibilidade para o fazer. Situação que obviamente se coloca á consideração superior.

2 – Esta questão está bem representada e subsequentemente confirmada no desenho nº A-01-14R3b – “Planta de proposta de cedências” em que a referida faixa aparece representada como “área de cedência de passagem – 212,47 m<sup>2</sup>”.

3 – Relativamente á matéria da “titularidade da parcela registada a favor de Maxirent (Parecer n.º 28/DG/DJ/DCAJ/2021 do Dep. Jurídico)”, julga-se que excede o âmbito das competências deste Dep. embora se detete que os últimos “movimentos” nos registos prediais são a favor da “Maxirent” e que a ação colocada contra a mesma empresa, seg. o Dep. Jurídico da CML, não impede o prosseguimento da tramitação processual desta operação, situação que SMO deverá ser confirmada de forma cabal pelo referido Dep.

Á consideração de Vª Exª;

O Técnico

Antonio Folgado (DMU/DPU)